

Uma lição: deixar de pagar não dá certo.

Três meses após a decretação da moratória brasileira aos bancos estrangeiros, discute-se agora qual a sua eficácia para a nossa economia, principalmente diante das declarações do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que anunciou como provável a sua ampliação.

Em São Paulo, os empresários acham que os três meses de moratória ensinam uma lição: que a negociação não é a melhor maneira de se conduzir qualquer dificuldade financeira, seja de uma empresa, seja de um país. Segundo o presidente da Associação Comercial, Romeu Trussardi, "não me parece que a moratória tenha obtido os efeitos necessários porque nossas reservas estão ainda menores". "Nunca fui favorável à moratória", disse Trussardi, opinião compartilhada por seus vice-presidentes Renato Cury e Renato Ticoulat.

Para Romeu Trussardi, ampliar a moratória aos bancos governamentais poderá piorar muito a situação do País. Mas ele acredita que isso só virá a ocorrer se o Brasil realmente não tiver reserva para saldar seus débitos internacionais. Já Renato Cury acha que a moratória foi precipitada, e sua ampliação poderá levar o Brasil a perder o apoio dos bancos estrangeiros. E Renato Ticoulat acrescenta: "Essa ampliação acabará se mostrando tão ineficiente como foi a moratória técnica inicial. Ficou demonstrado anteriormente que a negociação conseguiu resultados melhores".

Em Porto Alegre, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, entende que a ampliação da moratória "aumentará o risco de retaliações ao Brasil e trará dificuldades às exportações do País". Valente considera ainda que o fato de o ministro da Fazenda admitir a possibilidade da ampliação da moratória é "uma demonstração clara do grau de fragilidade da economia".

Já o presidente da Associação Comercial de Minas, Hiram Reis Correa, enumera os objetivos não cumpridos pela moratória: "Não conteve o crescimento da inflação, foi incapaz de reverter o decrescente superávit da balança comercial, não produziu recursos para investimento interno e nem sequer fez os juros internacionais serem reduzidos, assim como tampouco conseguiu, no plano político interno, unir o PMDB". E conclui: "Além destes problemas, a moratória teve o papel de despertar a inadimplência também no plano interno, principalmente por parte dos devedores do sistema financeiro, prática que está se alastrando por todo o sistema empresarial".

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Computadores (Abicomp), Antônio Mesquita Neto, a renegociação da dívida externa foi marcada por algumas decisões importantes em determinada direção, "mas ficou no meio do caminho com a substituição do ministro Dílson Funaro". Mesquita Neto é de opinião que essa mudança foi determinante para o fracasso das posições brasileiras nas negociações, mas defende "um caminho pacífico" para a solução do problema: "Como toda sociedade que deseja ser democrática e pluralista, temos de fazer uma soma de todos os vetores, de forma pacífica. A moratória significa trocar o médio prazo pelo curto prazo, o que não me parece uma boa troca", disse Mesquita Neto.

A adoção de medidas conjuntas entre os países latino-americanos para a solução do problema da dívida externa é uma das propostas apresentadas na Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha, que está sendo realizada na Unicamp, em Campinas. Embora os participantes do encontro ainda discutam as formas de encaminhamento de uma ação continental para enfrentar o problema da dívida — partindo do consenso de que ela não deve ser paga —, há concordância no fato de que o tratamento da questão deve se dar de forma conjunta.

Na sessão de hoje da conferência, o presidente da CUT, Jair Meneguelli vai propor uma ampla campanha de esclarecimento entre os trabalhadores sobre a questão da dívida externa. Meneguelli quer que o dia 23 de outubro — dia da manifestação latino-americana contra o pagamento da dívida, data decidida na conferência de Havana — também seja de greve geral na América Latina.

Moratória sem proveito

Para que serviu a moratória? Embora considere sua declaração inevitável, o economista Edmar Bacha diz que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa trouxe muitos problemas para o Brasil, servindo apenas para criar atritos para o País, pois diminuiu as linhas de crédito para exportação e dificultou nosso relacionamento internacional.

O economista, que é professor do curso de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ), assinalou que o Brasil desperdiçou a oportunidade criada pela moratória para apresentar aos credores uma proposta econômica consistente de estabilização e de levantamento de recursos externos.

— O governo brasileiro mostrou-se incapaz de definir uma estratégia de negociação com os credores, visando a diminuir a transferência de recursos para o Exterior — assinalou. Bacha diz que se perdeu um tempo precioso para encaminhar o problema da dívida externa, em parte por causa da personalidade do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e em parte devido à crise econômica interna.

— O ex-ministro Funaro recusou-se a sentar-se à mesa de negociações com os bancos credores, esperando não sei bem o quê — afirma Bacha, para quem o governo brasileiro deixou de fazer uma avaliação interna para saber o que convinha ou não ao País, a fim de negociar com os credores externos.

Reservas baixaram para US\$ 3,729 bilhões em janeiro

O Banco Central divulgou ontem, através de seu "Informativo Mensal", que as reservas internacionais brasileiras estavam, em janeiro, em 3,729 bilhões de dólares, no conceito de dinheiro em caixa. Somando a esse total as obrigações a receber, as reservas aumentam para 4,952 bilhões de dólares. De dezembro para janeiro, o Brasil perdeu 585 milhões de dólares de reservas, para honrar compromissos.